



2º SIMULADO
PARA 1ª FASE

XXXIII

EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-14-08>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 01

Dra. Juliana Arns foi contratada por Pedrita para realizar o seu divórcio com Armandinho Ferreira. No ato da contratação, Pedrita outorgou procuração para que a advogada atuasse no processo representando-a.

Entretanto, posteriormente, por diversas incompatibilidades de agenda, a advogada substabeleceu, com reserva de poderes, para outro advogado, Dr. José Pedro Medeiros, amigo de Dra. Juliana e parceiro de seu escritório, para fins de que representasse Pedrita em Audiência de Conciliação, designada para o dia 01/12/2021 às 10h.

No dia da audiência, Pedrita demonstrou o seu claro inconformismo por não ter sido informada de que seria representada por Dr. José Pedro, especialmente por não tê-lo contratado para tal finalidade.

Diante exposto, e com base no Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa correta.

- a) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa.
- b) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- c) O substabelecimento do mandato, quando sem reserva de poderes, prescinde de prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- d) O substabelecimento do mandato, com e sem reserva de poderes, exige a concordância do cliente.

Questão 02

Dr. Zezinho trabalha como advogado trabalhista e, diante das novas regras de marketing jurídico, pretende alavancar a sua atuação nas mídias sociais trazendo conteúdo informativo e objetivando também tornar-se mais reconhecido em sua atuação profissional.

Desta forma, com o intuito de melhor selecionar os seus clientes, o advogado informava claramente o valor de seus honorários para determinadas causas jurídicas, bem como distribuía alguns brindes aos propensos clientes do escritório.

Com fulcro no Provimento n. 205/2021 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a distribuição de brindes, ainda que a clientes do escritório, diante da clara mercantilização da profissão.

- b) A distribuição de brindes é autorizada, quando para fins de apresentação dos serviços advocatícios, ainda de maneira indiscriminada em locais públicos.
- c) Diante do princípio da transparência, torna-se autorizada a referência, direta ou indireta, a valores de honorários do advogado, bem como a forma de pagamento.
- d) É vedada a referência, direta ou indireta, a valores de honorários, bem como a distribuição de brindes de maneira indiscriminada em locais públicos.

Questão 03

Dra. Gertrudes está respondendo processo criminal, mais precisamente por homicídio triplamente qualificado, uma vez que deferiu vários golpes com faca em um colega de trabalho, após uma grande discussão. O caso teve grande repercussão na esfera jurídica e, de imediato, se procedeu a prisão da advogada na Penitenciária Feminina de Tremembé, apesar de seus protestos, quanto as suas prerrogativas profissionais.

Considerando as regras atinentes aos direitos dos advogados, e a ausência de julgamento, até o presente momento, assinale a alternativa correta.

- a) Dra. Gertrudes poderá ser presa imediatamente na Penitenciária Feminina de Tremembé, independente da prolação da sentença.
- b) Dra. Gertrudes, independente do trânsito em julgado, somente poderá ser presa em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB.
- c) Dra. Gertrudes, antes do trânsito em julgado, somente poderá ser presa em sala de Estado Maior, e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- d) Dra. Gertrudes, antes do trânsito em julgado, não poderá ser recolhida presa.

Questão 04

Jolie, advogada, foi apenada pelo Conselho Seccional do Estado do Rio de Janeiro por se utilizar de marketing jurídico com a única finalidade de captação de clientes e promoção pessoal. Inconformada, a advogada interpôs recurso, sob a alegação de contrariedade da decisão ao atual Provimento do Conselho Federal da OAB e, por unanimidade, confirmou-se a decisão do respectivo Conselho Seccional. Diante da decisão definitiva e unânime proferida pelo Conselho Seccional, assinale a alternativa correta:

- a) não cabe recurso ao Conselho Federal, diante da unanimidade da decisão proferida.
- b) cabe recurso ao Conselho Federal, independente da decisão do Conselho Seccional ser unânime, já que contraria Provimento do Conselho Federal.
- c) cabe recurso ao Conselho Federal, apenas se a decisão do Conselho Seccional foi não unânime.

d) cabe recurso ao Conselho Federal, apenas se a decisão do Conselho Seccional contrariar entendimento firmado em decisões do próprio Conselho Federal.

Questão 05

O advogado Pablito cometeu crime, tipificado pelo Código Penal, quando foi condenado judicialmente, bem como teve aplicada a respectiva sanção disciplinar pela OAB. Contudo, cinco anos após o cumprimento da pena, o advogado almeja a sua reabilitação perante a OAB.

Neste sentido, com fulcro no CED, acerca da possibilidade de o advogado requerer a sua reabilitação, assinale a alternativa correta.

- a) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é sempre do Conselho Federal.
- b) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é do Conselho Seccional em que tenha sido aplicada a sanção disciplinar.
- c) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é da Subseção.
- d) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação é do Órgão Especial do Conselho Seccional.

Questão 06

Dondoca é formada em Direito pela Faculdade de Harvard e, após a conclusão do curso, a bacharel em direito pretende retornar ao Brasil e ingressar na sociedade de advogados de seu pai, Dr. Pompeu, brasileiro e residente do Brasil, para fins de trabalhar com Direito Internacional.

Considerando que Dondoca é brasileira nata e pretende se inscrever na OAB de São Paulo, quando retornar do exterior, assinale a opção correta.

- a) Dondoca poderá se inscrever na OAB apenas mediante a validação do seu diploma em uma Universidade Brasileira.
- b) Dondoca poderá se inscrever como advogada no Brasil, desde que revalide o seu diploma em uma Universidade Brasileira e seja aprovada no Exame de Ordem.
- c) Dondoca não precisará ser aprovada no Exame de Ordem, caso a Universidade de Harvard seja reconhecida pelo Ministério da Educação.
- d) A inscrição de Dondoca fica condicionada tão somente a apresentação do diploma de graduação em Direito.

Questão 07

Em sede de sessão realizada no Conselho Seccional da OAB de São Paulo no dia 10/06/2021, diversas autoridades foram convocadas e outras convidadas para compor a sessão em que o tema central seria o repasse de verbas de determinada Subseção.

Acerca das regras de voz e voto na Sessão do Conselho Seccional, assinale a alternativa correta.

- a) O Presidente da Subseção possui voz e voto na sessão do Conselho Seccional.
- b) O Presidente do Instituto dos Advogados possui voz e voto na sessão do Conselho Seccional.
- c) Os Conselheiros Federais da Delegação possuem apenas voto na sessão do Conselho Seccional.
- d) O Ex-presidente do Conselho Seccional possui apenas voz na sessão do Conselho Seccional.

Questão 08

A advogada Thais Biscoff, lactante, logo após o parto, optou por retornar ao seu labor, já que muitos processos estavam sob a sua responsabilidade. Contudo, em 11/08/2021, ao adentrar no Tribunal de Justiça de São Paulo, a advogada foi surpreendida com a notícia de que não teria uma vaga especial para estacionar seu carro, ainda que se encontrasse na situação de lactante.

Considerando o caso narrado, e as regras atinentes as gestantes e lactantes, assinale a afirmativa correta.

- a) Thais Biscoff teria direito a vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- b) Thais Biscoff tem direito a ingressar em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- c) Thais Biscoff, por já ser lactante, não possui preferência na ordem das sustentações orais.
- d) Thais Biscoff, por já ser lactante, possui acesso a creche, onde houver.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 09

Quanto ao juspositivismo é correto afirmar:

- a) Tem como expoentes Hans Kelsen, Jeremy Bentham e Herbert Hart.
- b) Pauta-se no conceito de justiça para construir o direito.
- c) Em sua estrutura clássica, liga-se à pureza do direito.
- d) Faz a ponte entre o que é jurídico e o que é moral.

Questão 10

Confira o seguinte excerto.

O Estado é a “organização de um grupo humano como unidade coletiva provida de órgãos, que lhe transmitem a vontade e a representam, e que também agem no seu nome” (COTRIM NETO A. B.. A administração pública e o direito no Estado antigo. Revista de Direito Público. São Paulo, v. 33, p. 05-22, jan./mar., 1975).

O Estado é:

- a) Uma organização que compete com outras organizações sociais pela legitimidade dos seus comandos.
- b) O monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade.
- c) Uma organização que exerce o poder sobre os indivíduos que o globo terrestre.
- d) Uma unidade federativa de um país, com autonomia e soberania.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

O Município Gama editou uma lei dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio local. Tal lei foi alvo de críticas dos comerciantes.

Diante das críticas, o Sindicato dos Comerciantes solicitou ao seu departamento jurídico que esclarecesse se o Município poderia legislar sobre a matéria.

À luz da sistemática constitucional, o departamento jurídico informou corretamente que a Lei é:

- a) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre Direito do Trabalho.
- b) constitucional, pois compete aos Municípios legislar sobre matérias de interesse local.
- c) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito econômico.
- d) constitucional, desde que a lei municipal não ultrapasse os limites estabelecidos nas normas gerais editadas pelo Estado.

Questão 12

Na Lei nº 123 do Estado Y foi determinado que os ocupantes do cargo de provimento efetivo de técnico judiciário (nível médio), inserido em carreira própria, subdividida em três classes, ao chegar na última classe poderiam escolher pela transposição para o cargo de analista judiciário (nível superior). Tais cargos além de estarem vinculados ao Tribunal de Justiça e possuem os mesmos

requisitos de investidura. Entretanto, o cargo de analista tem remuneração superior em 15 % (quinze) e o seu provimento ocorre por meio de concurso público diferente.

Com base na Carta Magna, a Lei Estadual nº 123 é:

- a) constitucional, já que os requisitos para a investidura em ambos os cargos são os mesmos.
- b) inconstitucional, já que a remuneração entre os cargos não é a mesma.
- c) constitucional, já que a transposição entre cargos sempre é possível no âmbito da mesma estrutura estatal de poder.
- d) inconstitucional, porque não é possível a transposição entre cargos vinculados a carreiras diversas.

Questão 13

Théo, cidadão canadense em viagem de férias no Brasil a serviço da empresa privada que trabalha, conheceu Donatella, cidadã italiana a serviço da França. Donatella engravidou de Théo e desse relacionamento, nasceu Theonatella, fato ocorrido no território brasileiro. Diante dos fatos expostos, é correto afirmar que a nacionalidade do filho do casal é:

- a) canadense, visto que seu pai estava no Brasil a serviço do seu país de origem.
- b) italiana, visto que sua mãe estava no Brasil a serviço de seu país de origem.
- c) brasileiro nato, por ter nascido na República Federativa do Brasil.
- d) canadense e italiana, visto que ambos os pais estavam no Brasil a serviço de seu país de origem.

Questão 14

O Prefeito de determinado município percebeu que, para melhorar a qualidade de ensino nas escolas públicas municipais, era preciso ocorrer um aumento no número de professores. Tal necessidade decorreu do grande número de servidores públicos que se aposentaram e faleceram. Dessa forma, o Chefe do Poder Executivo poderá tomar a seguinte atitude:

- a) pedir que a Assembleia Legislativa nomeie professores para suprir a necessidade.
- b) realizar concurso público voltado à contratação de professores de que necessita o Município.
- c) preencher, de forma direta, os cargos de provimento efetivo existentes, observada a isonomia entre os interessados.
- d) atribuir, em caráter emergencial, função de confiança a um ou a dois professores, permitindo o seu ingresso no serviço público.

Questão 15

Pietra é uma atriz famosa, brasileira naturalizada. Após a separação do marido também famoso na Itália, decidiu morar no Brasil. Diante de sua grande popularidade no Brasil, decidiu concorrer a um cargo eletivo. No entanto, estava em dúvida se concorreria ao cargo de Vice-Presidente da República, de Governadora ou Senadora.

À luz da sistemática constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Pietra poderia concorrer apenas aos cargos de Governadora e Senadora.
- b) Pietra não poderia concorrer a nenhum dos cargos.
- c) Pietra poderia concorrer a Vice-Presidente da República, de Governadora ou Senadora. Poderia inclusive ser Presidente do Senado Federal.
- d) Pietra poderia concorrer apenas ao cargo de Senadora, mas não poderia ser Presidente do Senado Federal.

Questão 16

Uma Deputada Estadual pretendia apresentar um projeto de lei sobre direito urbanístico, já que verificou que a matéria em questão faz parte da competência legislativa concorrente da União, aos Estados e ao Distrito Federal. Mas, decidiu solicitar a sua assessoria um maior esclarecimento sobre o alcance da competência estadual em tal situação. Diante da sistemática constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) a assessoria informou que, em relação à essa matéria, o Estado possui competência plena, enquanto a União não editar norma geral.
- b) a assessoria informou que, em relação à essa matéria, quando o Estado editar norma específica haverá a revogação da norma geral da União.
- c) a assessoria informou que, em relação à essa matéria, o Estado pode legislar livremente sobre a matéria, já que as normas da União se destinam ao plano federal.
- d) a assessoria informou que, em relação à essa matéria, o Estado pode legislar nos limites em que seja autorizado pela União.

Questão 17

Fernanda, Juíza de Direito, possui a família envolvida na política e o desejo de também se filiar a um partido político.

Além disso, pretende se dedicar ao magistério superior, ministrando a disciplina “Direito Constitucional”. Considerando as vedações que recaem sobre os magistrados, Fernanda:

- a) pode praticar ambas as condutas.
- b) apenas não pode filiar-se a partido político.
- c) apenas não pode exercer o magistério.
- d) não pode praticar nenhuma das condutas.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Rogério, pessoa com deficiência visual, foi convidado para proferir uma palestra em uma escola. Considerando que o público majoritário seria composto por crianças e adolescentes, Rogério decidiu que abordaria sua deficiência com situações cotidianas, a exemplo da ausência de acessibilidade em diversos pontos da cidade, e apresentaria conceitos fundamentais do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Assinale a alternativa correta:

- a) Rogério pode ser considerado pessoa com deficiência se apresentar impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade.
- b) As barreiras que impedem a participação social de Rogério podem ser urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes ou nas comunicações, mas não há que se falar em barreiras atitudinais ou tecnológicas.
- c) O mobiliário urbano, a exemplo dos semáforos e postes de sinalização, são objetos existentes nas vias e espaços públicos e devem ser posicionados de modo adequado à livre e segura circulação das pessoas com deficiência.
- d) Rogério poderá valer-se do auxílio de um atendente pessoal, obrigatoriamente membro de sua família, que, de forma voluntária, irá acompanhá-lo e ajudá-lo nos cuidados básicos e no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Questão 19

Johannes, jovem alemão, foi detido por policiais por estar portando grande quantidade de comprimidos que foram identificados como LSD. Considerando as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a alternativa que corresponde adequadamente a uma garantia judicial conferida a Johannes:

- a) Eventual confissão realizada por Johannes sempre será considerada válida pelo magistrado pois representa a verdade dos fatos.

- b) O processo deverá ser público em observância aos princípios constitucionais, ainda que os interesses da justiça fiquem fragilizados.
- c) Ao acusado serão garantidos tempo e meios adequados para a preparação de sua defesa, que será promovida por defensor escolhido pelo Estado.
- d) Johannes terá direito de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não conseguir compreender ou não falar português.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Marie, diplomata francesa, casada e mãe de três filhos menores, foi indicada pela França para uma missão especial no Brasil, alocada na embaixada da França em Brasília-DF.

Considerando-se o disposto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 56.435/65, assinale a afirmativa correta.

- a) A nomeação de Marie pela França não depende da anuência do Estado acreditado, visto se tratar de uma decisão soberana do Estado acreditante.
- b) Mesmo se nomeada, o Brasil poderá considerar Marie persona non grata, desde que, para tanto, apresente suas razões ao Estado acreditante, em decisão fundamentada, que deve acolher tais razões para tal.
- c) Os privilégios e as imunidades previstos estendidos ao marido e aos filhos de Marie cessam de imediato, na hipótese de falecimento de Marie.
- d) Se nomeada, a residência de Marie gozará da mesma inviolabilidade estendida à Embaixada da França em Brasília.

Questão 21

Hamlet, um nobre da Dinamarca e brasileiro naturalizado, mora na cidade de Curitiba há treze anos. Em visita a parentes ingleses, conhece Ofélia, residente em Londres, com quem passa a namorar. Após 5 anos de relacionamento a distância, ficam noivos e celebram matrimônio em território inglês. O casal estabelece, então, seu primeiro domicílio em Curitiba, no Paraná, cidade pelo qual o nobre dinamarquês se apaixonou.

Considerando a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), e sem haver pacto antenupcial, assinale a opção que indica qual será a lei que irá reger o regime de bens entre os cônjuges.

- a) Aplicável a Lei inglesa, já que nenhum dos cônjuges é brasileiro nato.

- b) Aplicável a Lei inglesa, por ser o local em que foi realizado o casamento.
- c) Aplicável a Lei brasileira, em razão do domicílio do brasileiro naturalizado.
- d) Aplicável a Lei brasileira, já que aqui constituído o primeiro domicílio do casal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

O Presidente da República publicou Decreto Federal majorando a alíquota dos seguintes impostos sobre determinados produtos: (i) do Imposto de Importação; e (ii) do Imposto sobre Produtos Industrializados. O aumento desses dois impostos observou os limites máximos estipulados em lei. Com base nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) O aumento dos dois impostos é inconstitucional, pois afrontou o Princípio da Estrita Legalidade Tributária.
- b) O aumento dos dois impostos deve observar o Princípio da Anterioridade Nonagesimal ou Noventena.
- c) O aumento dos dois impostos deve observar o Princípio da Anterioridade Anual ou de Exercício.
- d) O aumento dos dois impostos deve observar o Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária.

Questão 23

João entregou sua Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física em 10/03/2015, mas deixou de recolher o imposto devido. Como esse imposto não foi pago e como não houve a suspensão da sua exigibilidade, a Procuradoria da Fazenda Nacional inscreveu o débito na Dívida Ativa em 14/07/2018 e ajuizou a respectiva Execução Fiscal de cobrança em 12/03/2019. João recebeu a citação para pagar esse débito ou apresentar bens à penhora em 05/05/2020. Com base nessa hipótese, assinale o marco temporal, segundo o CTN, caracterizador da fraude à execução fiscal acaso João aliene todos os seus bens sem reservar montante suficiente para o pagamento do tributo devido:

- a) 10/03/2015.
- b) 14/07/2018.
- c) 12/03/2019.
- d) 05/05/2020.

Questão 24

A pessoa jurídica "PJ" está sofrendo Ação de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado "E" para a cobrança de débitos de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Como a tentativa de citação da executada por meio de carta com aviso de recebimento (citação postal) restou frustrada, a Fazenda Pública Exequente requereu que o ato fosse praticado por meio de Oficial de Justiça, o que foi deferido pelo Juiz da Execução. Em cumprimento a tal determinação, o Oficial de Justiça constatou que a pessoa jurídica executada deixou de funcionar no seu domicílio fiscal, sem que o sócio-administrador tenha feito qualquer comunicação aos órgãos competentes. Com base nessa hipótese, considerando o art. 135, inciso III, do CTN e a Jurisprudência do STJ - Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que essa Execução Fiscal:

- a) Poderá ser redirecionada em face dos sócios, sejam eles administradores ou não.
- b) Poderá ser redirecionada ao administrador sócio ou não sócio.
- c) Poderá ser redirecionada ao administrador, somente se ele for sócio.
- d) Não poderá ser redirecionada, pois ainda poderá ser realizada a citação por meio de edital.

Questão 25

O Município "M" instituiu, por meio de lei ordinária municipal, ISS – Imposto sobre Serviços sobre a atividade de locação de automóveis. Com base nessa lei, uma locadora de veículos situada no território do Município "M" foi autuada pelo fisco municipal por não estar declarando e nem efetuando o recolhimento do imposto. Inconformada, a locadora judicializou a questão alegando que a exigência em questão é de constitucionalidade duvidosa e que, não obstante isso, somente por meio de lei complementar poderia o Município fazer incidir o ISS sobre tal atividade. Diante dessa hipótese, é correto afirmar, com base na Constituição Federal e na Jurisprudência do STF, que:

- a) O Município não poderia ter utilizado lei ordinária municipal para instituir o ISS sobre a atividade em questão, mas somente lei complementar municipal.
- b) A locação de automóveis está sujeita unicamente à incidência de imposto da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal.
- c) A incidência de ISS sobre a locação de veículos automotores é considerada inconstitucional.
- d) A incidência de ISS sobre a locação de veículos automotores é considerada constitucional.

Questão 26

O Poder Legislativo do Município "M" aprovou e publicou Lei Ordinária Municipal estendendo o prazo para a cobrança judicial dos créditos tributários de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, de 5 (cinco) para 10 (dez) anos. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) Lei Municipal não pode dispor sobre prazo de cobrança judicial de créditos tributários.
- b) O Poder Legislativo Municipal pode estender o prazo para a cobrança judicial de créditos tributários somente se o fizer por meio de Lei Complementar Municipal.
- c) O Poder Legislativo Municipal pode estender o prazo para a cobrança judicial de créditos tributários somente se estiver previamente autorizado por meio de Convênio firmado entre todos os Municípios situados no respectivo Estado-membro.
- d) O Poder Legislativo Municipal pode estender o prazo para a cobrança judicial de créditos tributários porque se trata de assunto de interesse local.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Município Alfa pretende delegar, por período determinado, a prestação do serviço de transporte público urbano. Para tal, realizou licitação na modalidade concorrência, da qual sagrou-se vencedora a Empresa Ônibus Lotados. Mencione-se que Alfa pretende delegar apenas a execução do serviço, mantendo sua titularidade. Nesta situação, é possível dizer que o Município Alfa realizou uma:

- a) centralização
- b) descentralização por serviço
- c) desconcentração
- d) descentralização por colaboração

Questão 28

O Município X, localizado no Estado Z, deseja melhorar a execução de alguns serviços públicos em seu território. Para tal, intenta realizar, dentre outros, um consórcio público na área da saúde com outros entes. Acerca disso, assinale a alternativa correta:

- a) Caso os Municípios X e B, ambos localizados no território do Estado Z, realizem consórcio público, não é possível que celebrem convênio com a União, pois o Estado Z não participa.
- b) É possível a realização de consórcio público do qual participem somente o Município X, a União, e o Estado M, vizinho ao Estado Z.
- c) É possível a realização de consórcio público do qual participem somente a União, o Estado Z, e os Municípios X e B, desde que o Município B também esteja localizado no território do Estado Z.

d) No caso de o consórcio público ser celebrado apenas entre o Município X e o Município B, ambos localizados no território do Estado Z, não serão obrigados a obedecer às diretrizes do SUS, pois a União não participa do consórcio.

Questão 29

Francisca, diretora de uma escola pública estadual, tomou conhecimento que duas professoras, admitidas por meio de concurso público e já estáveis, haviam comentado que não concordavam com a gestão da diretora. Francisca então, como forma de vingança e com o objetivo de prejudicar as duas professoras, solicitou a seu amigo de infância Ronaldo, Gestor da Unidade Regional de Educação, que removesse as professoras para outra escola, bem mais distante. Ronaldo, como amigo de Francisca e em nome da amizade dos dois, atendeu ao pedido da amiga e efetivou a remoção das professoras. Sobre a conduta de Ronaldo, assinale a alternativa correta:

- a) Embora configure desvio de finalidade, o ato praticado por Ronaldo é lícito.
- b) O ato praticado por Ronaldo é lícito, pois a remoção de servidores está no campo da discricionariedade do gestor.
- c) O ato praticado por Ronaldo é ilícito, pois configura excesso de poder.
- d) O ato praticado por Ronaldo é ilícito e configura desvio de finalidade.

Questão 30

O Estado Zeta pretende celebrar parceria público-privada com a Empresa Honestos S.A. para a prestação do serviço de exploração de rodovia, precedida por obras de duplicação da rodovia. O contrato pretendido terá validade de 40 anos, no valor de R\$ 15.000.000 e, para garantir a amortização dos investimentos e a remuneração de Honestos S.A., haverá, adicionalmente à contraprestação pecuniária pelo Estado Zeta, também a cobrança de tarifa dos usuários. Acerca do caso, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível celebrar o contrato porque o valor mínimo dos contratos de parceria público-privada é 20.000.000.
- b) Não é possível celebrar o contrato, pois o prazo previsto extrapola o disposto na lei.
- c) Não é possível celebrar o contrato, pois é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha em seu objeto a execução de obra pública.
- d) É possível que, além da contraprestação pecuniária pelo Ente, também haja a cobrança de tarifa dos usuários; é a chamada parceria público-privada na modalidade administrativa.

Questão 31

O Município Ômega pretende melhorar a prestação do serviço público de energia elétrica e precisará atualizar a fiação elétrica de várias ruas e instalar em outras. Para tal, precisará passar fios e cabos pelo terreno de Marina. Sobre esta situação, assinale a alternativa correta:

- a) É caso de servidão administrativa.
- b) É caso de requisição administrativa.
- c) É caso de ocupação temporária.
- d) É caso de desapropriação.

Questão 32

João, policial militar do Estado Alfa, foi chamado para atender a uma ocorrência. Chegando no local, percebeu que se tratava de um ponto de comercialização e contrabando de drogas ilícitas. Porém, antes de chamar reforços, um dos traficantes o abordou e prometeu a quantia de R\$ 500.000 caso João fizesse “vista grossa” e ignorasse o chamado ou, mesmo, dissesse a seus superiores que não encontrou nada no local, para que não afetasse a atividade do grupo. João concorda e vai embora, porém não recebeu a quantia prometida pelo traficante. Sobre essa situação narrada, assinale acerca da penalidade cabível a João:

- a) João não incorre em ato de improbidade administrativa, pois não recebeu, efetivamente, nenhuma quantia.
- b) João incorre em ato de improbidade administrativa e fica sujeito às seguintes penalidades: suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos e perda da função pública.
- c) João incorre em ato de improbidade administrativa e fica sujeito às seguintes penalidades: perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos.
- d) João incorre em ato de improbidade administrativa e fica sujeito às seguintes penalidades: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos, e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de sua remuneração.

DIREITO AMBIENTAL

Rosenval Júnior

Questão 33

Dudu é proprietário de um imóvel rural no Estado do Rio de Janeiro. Bastante envolvido com as causas ambientais, sua fonte de renda é proveniente do ecoturismo e da recreação em contato com a natureza. Uma das atividades de recreação é um passeio até a nascente do rio que corta a propriedade.

Sobre o instituto da APP, de acordo com o Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), assinale a afirmativa que contém a informação correta sobre o regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente:

- a) A área no entorno da nascente, qualquer que seja sua situação topográfica, é considerada APP, no raio mínimo de 5 metros.
- b) Não é permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- c) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes poderá ser autorizada em qualquer caso, desde que o pedido esteja acompanhado de laudo técnico ou parecer de um perito ambiental.
- d) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

Questão 34

De acordo com o artigo 225, §1º, III, da CF/88, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

Sobre as unidades de conservação e as disposições da Lei 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), assinale a alternativa correta:

- a) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em 3 grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral; Unidades de Preservação Permanente e Reservas Legais.
- b) O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas áreas de preservação permanente e pelas reservas legais.
- c) O Parque Nacional é uma unidade de uso sustentável e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.
- d) A Área de Proteção Ambiental (APA), unidade de conservação de uso sustentável, pode ser constituída por terras públicas ou privadas, sendo uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, criada por ato do Poder Público. A criação da APA deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública e a unidade deverá dispor de um plano de manejo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Analice desapareceu após o rompimento de uma barragem, quando sua casa ficou soterrada e foi comprovado que ela estava no local no momento. Após encerradas as buscas, o corpo de Analice não foi encontrado. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Poderá ser declarada a morte presumida de Analice, sem necessidade de decretação de ausência.
- b) Poderá ser declarada a morte presumida após um mês de encerradas as buscas.
- c) Poderá ser declarada a morte presumida após decorrido um ano da arrecadação dos bens da ausente.
- d) Não é possível a declaração de morte presumida, pois não se enquadra a situação nas hipóteses previstas em lei.

Questão 36

André possui um imóvel rural íngreme e sua casa fica no final de uma longa descida. Nos últimos anos, toda vez que chove, a enxurrada acaba invadindo sua casa. Para se livrar do problema, André construiu uma barreira, desviando a água para o imóvel de seu vizinho, João, que ficava mais abaixo do dele. Após a primeira chuva, João exigiu que André retirasse o desvio de água. Este negou o pedido, alegando que com a barreira a água não invadia mais sua casa e ela não estava causando prejuízos ao vizinho, porque a enxurrada passava apenas por uma pequena plantação. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) O dono ou o possuidor do prédio inferior é obrigado a receber as águas que correr natural ou artificialmente do superior. Portanto, João nada pode fazer.
- b) João não pode requerer uma indenização pelos prejuízos sofridos, nem pode requerer que a água seja desviada.
- c) A água da chuva corre naturalmente, pelo que João, sendo possuidor do prédio inferior, é obrigado a recebê-las.
- d) André deverá desviar a água e, caso não seja possível, deverá indenizar João pelos prejuízos sofridos.

Questão 37

Mateus, desesperado para quitar uma dívida de jogo, pegou R\$ 200.000,00 emprestados com sua amiga, Jane. Para garantir a dívida, Mateus empenhou seu carro no valor de 130.000,00, um relógio

no valor de R\$ 20.000,00, um quadro de um artista famoso, no valor de R\$ 40.000,00 e uma moto, no valor de R\$ 30.000,00. Após alguns meses, Mateus pagou metade da dívida e exigiu que Jane liberasse o relógio, o quadro e a moto. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Jane deverá liberar os bens exigidos por Mateus, pois os valores correspondentes a eles já foram pagos.
- b) A garantia não é válida, pois os bens empenhados ultrapassam o valor da dívida.
- c) Jane não é obrigada a liberar os bens exigidos por Mateus, exceto se houver uma cláusula expressa em relação a isso.
- d) A garantia não é válida, uma vez que o empréstimo foi contraído para quitar uma dívida de jogo.

Questão 38

Joana, atualmente com trinta e cinco anos de idade, está com muitas dívidas, pois não consegue parar de comprar roupas e sapatos. Todos os cartões de crédito estão sem limite, ela já pegou empréstimos bancários valores altos, empenhou seu carro e pretende hipotecar sua casa, para continuar comprado o que tanto deseja. Sobre a situação de Joana, é correto afirmar que:

- a) Joana é maior e capaz, portanto, administra seus bens da maneira que melhor lhe aprouver.
- b) Joana, assim como as pessoas com deficiência em geral, é considerada relativamente incapaz.
- c) Joana é relativamente incapaz, assim como os viciados em tóxicos.
- d) Joana é absolutamente incapaz, assim como aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

Questão 39

Miguel, viúvo, possui três filhos, Marta, Magda e Marcos. Miguel já é idoso e sua filha Marta sempre cuidou dele. Para retribuir o carinho e cuidado de sua filha, Miguel decidiu doar a ela o valor de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais). O patrimônio total de Miguel é de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais). Os outros filhos de Miguel não concordam com a doação. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) a doação não é válida, pois não há concordância dos demais filhos de Miguel.
- b) a doação é considerada inoficiosa, podendo os demais filhos de Miguel requererem a nulidade parcial do contrato de doação.
- c) A doação é totalmente válida, pois em vida Miguel pode dispor do seu patrimônio da forma que preferir.
- d) A doação somente é válida se houver a concordância da maioria dos filhos de Miguel.

Questão 40

Bruno comprou um carro de seu amigo José. Cento e vinte dias depois, Bruno descobriu que o carro estava com um problema na injeção eletrônica, vício que não tinha sido nem podia ter sido percebido antes. Ao levar o veículo a um mecânico, também seu amigo, Bruno foi informado de que o problema já existia há alguns meses e que José tinha conhecimento disso, em sua vinda à oficina, antes da venda. Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno poderá rejeitar o carro ou requerer o abatimento do preço, mais perdas e danos.
- b) Bruno não poderá rejeitar o carro nem requerer o abatimento do preço, pois passou mais de trinta dias da compra e o carro é bem móvel.
- c) Bruno poderá rejeitar o carro, mas não poderá requerer perdas e danos.
- d) Bruno somente poderá exigir que José pague o conserto do carro.

Questão 41

Davi, menor com dezessete anos, após uma discussão com Pedro, seu vizinho, decidiu atirar pedras no carro dele como vingança. A lataria do carro foi amassada e os vidros todos quebrados. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta:

- a) Os pais de Davi deverão arcar com o prejuízo de Pedro, mas terão ação regressiva contra o filho, pois ele já é relativamente incapaz e pode responder pelos seus atos.
- b) Os pais de Davi deverão arcar com o prejuízo de Pedro, sem direito a posterior ação regressiva.
- c) Os pais de Davi deverão arcar com o prejuízo de Pedro e poderão ingressar com ação regressiva contra o filho quando ele atingir a maioridade.
- d) Davi é relativamente incapaz e, por isso, deverá arcar com o prejuízo causado por ele mesmo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Jéssica namora com Diego há 5 (cinco) anos e engravidou do rapaz. Pensando em como seria difícil ser mãe aos 16 (dezesseis) anos, Jéssica decidiu que, após o nascimento, a criança seria entregue para adoção. Considerando o direito à vida e à saúde, assinale a alternativa correta:

- a) O atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal será realizado por profissionais da atenção primária.

- b) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no primeiro trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção de Jéssica.
- c) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica a Jéssica, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- d) Jéssica tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso ou aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas, garantido o direito de opção da gestante.

Questão 43

O Tribunal de Justiça de determinado Estado, em observância ao art. 19-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, está veiculando propagandas televisivas e nas redes sociais sobre os programas de apadrinhamento e as instituições participantes. Pedro Paulo, adolescente de 16 anos, Maria Júlia, médica de 25 anos e a empresa Carne Forte demonstraram interesse em participar do programa. Com base no ECA, pode-se afirmar:

- a) Maria Júlia e a empresa Carne Forte poderão ser apadrinhar crianças ou adolescentes proporcionando vínculos externos à instituição visando a colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.
- b) Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos, mas não é admitida a participação de organizações da sociedade civil.
- c) Pedro Paulo poderá apadrinhar crianças, desde que respeitada a diferença etária de 14 (catorze) anos.
- d) A empresa Carne Forte não poderá apadrinhar crianças ou adolescentes pois as pessoas jurídicas estão impedidas de participar dos programas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

"Casão", incorporadora de imóveis, foi contratada para construir um edifício de apartamentos. Contudo, após os proprietários das unidades autônomas constituírem o condomínio, a incorporadora recusou-se a cumprir suas obrigações quanto à entrega das áreas comuns. Diante disso, o condomínio pretende ajuizar ação contra a incorporadora pedindo, inclusive, que seja invertido o ônus da prova com base no Código de Defesa do Consumidor. Você, na qualidade de advogado do condomínio, deverá informar corretamente que:

- a) Aplica-se o CDC ao condomínio de adquirentes de edifício em construção, nas hipóteses em que atua na defesa dos interesses dos seus condôminos frente a construtora ou incorporadora.
- b) O condomínio de adquirentes de edifício em construção não pode ser considerado consumidor, uma vez que não representa pessoa física ou jurídica.

c) Há relação de consumo entre o condomínio de adquirentes de edifício em construção e a incorporadora, em aplicação a Teoria finalista mitigada, visto que o condomínio representa pessoa jurídica.

d) É incabível a inversão do ônus da prova em favor do condomínio, independentemente da análise judicial da hipossuficiência, segundo as regras ordinárias de experiências.

Questão 45

Marilene, após sofrer um acidente de automóvel, contratou o fisioterapeuta Mateus para realizar sessões de reabilitação. Porém, o tratamento foi mal sucedido, e Marilene, por considerar que ficou inabilitada para o trabalho por tempo excessivo em razão da ineficiência e da má qualidade do serviço, procurou você, na qualidade de advogado, a fim de ajuizar demanda contra Mateus, pleiteando especialmente lucros cessantes. Você deverá informar corretamente que:

a) Marilene deve ajuizar ação de responsabilidade pelo vício do serviço, e a responsabilidade de Carlos é subjetiva.

b) Marilene deve ajuizar ação de responsabilidade pelo fato do serviço, e a responsabilidade de Carlos é subjetiva.

c) Marilene deve ajuizar ação de responsabilidade pelo vício do serviço, e a responsabilidade de Carlos é objetiva.

d) Marilene deve ajuizar ação de responsabilidade pelo fato do serviço, e a responsabilidade de Carlos é objetiva.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.

b) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.

c) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.

d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.

Questão 47

Considera-se complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou sociedade empresária:

- a) Ponto.
- b) Patente.
- c) Atividade econômica desenvolvida profissionalmente.
- d) Estabelecimento.

Questão 48

Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica intelectual de natureza literária, artística ou científica.
- c) Equiparado ao empresário individual que pratica a empresa por intermédio da própria personalidade de pessoa natural para o exercício de atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) um pessoa jurídica a quem a lei atribui responsabilidade limitada para a prática de atividade econômica organizada e profissional.

Questão 49

A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída

- a) por pessoa natural que já integre outra EIRELI.
- b) apenas por pessoas naturais.
- c) pessoas naturais ou jurídicas individuais.
- d) por pessoa jurídica que já tenha constituído outra EIRELI.

Questão 50

Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

- a) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
- b) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.
- d) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.

e) Os cônjuges não podem ser sócios em nenhuma hipótese

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Considerando as normas fundamentais que regem o processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) Alberto ajuizou uma ação em face de Mário e cabe ao magistrado impulsionar o feito para que chegue a uma solução. Em nenhuma hipótese o juiz pode, de ofício, iniciar uma ação judicial.
- b) Bernardo poderá levar ao Judiciário qualquer ameaça ou lesão a direito, mas não poderá valer-se da arbitragem para resolver eventuais contendas.
- c) Os métodos de solução consensual de conflitos, a exemplo da conciliação e da mediação, devem ser estimulados pelo juiz Caio, pelo promotor Clóvis e pelo defensor público Cláudio, inclusive no curso do processo judicial.
- d) Daniela e Dandara têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, não abrangendo a atividade satisfativa.

Questão 52

A advogada Ana Luisa ajuizou, em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ação pleiteando o pagamento de auxílio acidente ao seu cliente Marcos. O procurador autárquico, por sua vez, pleiteou a remessa dos autos ao juízo federal competente. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Os autos deverão ser remetidos à Justiça Federal em razão da presença da autarquia previdenciária na qualidade de parte.
- b) Não deve ser feita a remessa dos autos para a Justiça Federal por tratar-se de uma ação que versa sobre acidente de trabalho.
- c) Os autos deverão ser remetidos à Justiça do Trabalho por tratar-se do ramo do Judiciário competente para conhecer de ações que versem sobre acidentes de trabalho.
- d) A presença da autarquia federal na qualidade de parte sempre atrai a competência para a Justiça Federal, ainda que haja pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.

Questão 53

Em razão de um grande acidente automobilístico ocorrido no centro da cidade, Daniela e José decidiram ajuizar pleiteando danos materiais em face de Pietro, responsável pelo acidente. Os autores não se conhecem e, por isso, propuseram as ações separadamente. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) Ainda que as ações tenham sido ajuizadas contra Pietro, não será possível reuni-las pois os autores são diferentes.
- b) As ações poderão ser reunidas visto que há continência entre elas.
- c) As ações poderão ser reunião pois há conexão entre elas.
- d) As ações poderiam ser reunidas ainda que um dos processos já houvesse sido sentenciado.

Questão 54

A advogada Roberta está grávida e bastante preocupada com o andamento dos seus processos durante o período em que precisará se ausentar para cuidar do bebê. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Os processos que têm Roberta como advogada serão suspensos pelo prazo de 30 (trinta) dias.
- b) Admite-se a suspensão dos processos em caso parto da advogada gestante, mas não há suspensão nos casos de adoção.
- c) Os processos deverão ser suspensos ainda que Roberta não seja a única advogada responsável pelas ações judiciais.
- d) Os processos que têm Roberta como advogada serão suspensos pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Questão 55

O advogado Luan está redigindo a petição inicial de uma ação que envolve vários réus. O causídico teme que a petição seja indeferida e, assim, requerer ao juiz que determine as diligências necessárias para obter as informações faltantes. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe ao advogado Luan apresentar a petição com a qualificação completa das partes, autor e réus, sob pena de indeferimento.
- b) A petição elaborada por Luan poderá ser indeferida pelo magistrado ainda que a ausência das informações não impeça a citação dos réus.
- c) Luan agiu corretamente ao requerer ao juiz diligências necessárias à obtenção das informações necessárias para a qualificação dos réus. A ausência das informações não gerará o indeferimento da petição inicial se for possível a citação dos réus.

d) A petição inicial deverá ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação e, verificada a ausência desses, o magistrado determinará que Luan, no prazo de 10 (dez) dias, complete a petição inicial.

Questão 56

Em atendimento ao cliente, o advogado percebe que foi omissivo em relação a alguns fatos e, assim, gostaria de aditar a causa de pedir e acrescentar pedidos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir a qualquer momento, independentemente do consentimento do réu.
- b) Até a citação, o advogado do autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- c) O advogado poderá, independentemente do consentimento do réu, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir até a fase de saneamento do processo.
- d) Até o saneamento do processo, o advogado do autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, mas não é possível novo requerimento de provas.

Questão 57

Buscando provar os fatos alegados na petição inicial, a advogada Maria Rita requereu o testemunho de três pessoas: Amanda (15 anos), Beatriz (cônjuge do autor) e Carolina (surda). Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

- a) Amanda, com 15 (quinze) anos de idade, é incapaz para depor como testemunha e, assim, o seu depoimento é totalmente inviável.
- b) Beatriz, embora seja cônjuge do autor, poderá ter seu depoimento admitido pelo magistrado.
- c) Carolina, por ser surda, não poderá depor sobre os fatos, ainda que a ciência do fato independa do sentido que lhe falta.
- d) Amanda, Beatriz e Carolina poderão testemunhar sobre fatos que já tenham sido provados por documentos ou confissão da parte.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Flavia, apaixonada por Cesar, imaginando que se os dois convivessem por alguns dias, ele poderia se apaixonar, resolveu sequestra-lo. Sendo assim, o privou da sua liberdade e o levou para sua casa. Enquanto Cesar era mantido em cativeiro por Flavia, nova lei entrou em vigor, agravando a pena do crime de sequestro. Sobre a possibilidade de aplicação da nova lei, mais severa, ao caso concreto apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) Não se aplica, tendo em vista a irretroatividade da lei penal mais severa.
- b) É aplicável, pois entrou em vigor antes de cessar a permanência.
- c) É aplicável, pois se trata de crime material e nesses casos deve ser aplicada a teoria da ubiquidade.
- d) Não se aplica, pois de acordo com a teoria da atividade, a lei a ser aplicada deve ser aquela em vigor no momento do crime.

Questão 59

Pedro foi processado e condenado por crime previsto em lei vigente à época do fato delituoso. Posteriormente, 2 meses e 3 meses depois do trânsito em julgado condenatório, entraram em vigor sucessivamente duas leis: a primeira reduziu a pena prevista para o delito; a segunda aboliu a existência do referido delito. Nesse caso, em relação à condenação imposta a Pedro, em face do fato que sua sentença já estava transitada em julgado, pôde-se afirmar que:

- a) as duas leis novas retroagem.
- b) apenas a lei que aboliu o delito retroage.
- c) apenas a lei que reduziu a pena prevista para o delito retroage.
- d) as duas leis só retroagem se contiverem norma expressa prevendo a aplicação a casos pretéritos.

Questão 60

Roberto, com a intenção de matar Ricardo, seu desafeto, efetuou disparos de arma de fogo contra ele. Ricardo foi atingido pelos projéteis e faleceu. Considere que, depois de feitos os exames periciais necessários, se tenha constatado as seguintes hipóteses relativamente à causa da morte de Ricardo.

Apesar dos disparos sofridos pela vítima, a causa determinante da sua morte foi intoxicação devido ao fato de ela ter ingerido veneno minutos antes de ter sido alvejada.

A morte decorreu de ferimentos causados por disparos de arma de fogo efetuados por terceiro no mesmo momento em que Roberto agiu e sem o conhecimento deste.

A vítima faleceu em razão dos ferimentos sofridos, os quais foram agravados por sua condição de hemofílica.

A morte decorreu de uma infecção hospitalar que acometeu a vítima quando do longo período de tratamento dos graves ferimentos causados pelos tiros.

Nessa situação hipotética, conforme a teoria da Equivalência dos antecedentes, adotada pelo Art. 13 do CP, Roberto responderá pela morte de seu desafeto, caso se enquadre nas hipóteses previstas nos itens:

- a) I e II
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV

Questão 61

Bruno saca de um revólver e desfere 3 tiros em Francisco para resolver um desentendimento ocorrido em bar devido a final de um campeonato de futebol em que seus times eram adversários. Porém, nenhum dos tiros atinge a vítima que foge do local sem sofrer lesões. Nesse caso, a situação apresentada deve ser classificada como:

- a) tentativa cruenta
- b) tentativa vermelha
- c) tentativa branca
- d) tentativa inidônea ou crime impossível

Questão 62

Felipe, sabendo que seu desafeto João não sabia nadar e desejando matá-lo, jogou-o nas águas, durante a travessia de um rio profundo. Todavia, logo em seguida ficou com pena da situação de desespero vítima que implorava por ajuda, mergulhou e o retirou da água, antes que se afogasse. Nesse caso, pode se afirmar que ocorreu:

- a) desistência voluntária.
- b) arrependimento eficaz
- c) crime tentado
- d) crime impossível

Questão 63

No que tange as diversas categorias de erro admitidas em nosso ordenamento jurídico, diante da estrutura finalista da ação dotada pelo Código Penal brasileiro, é correto afirmar que:

- a) o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade, por não exigibilidade de conduta diversa.
- b) o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal não exclui a possibilidade de punição por crime culposos.
- c) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta de pena.
- d) o erro sobre elemento constitutivo do tipo penal exclui a culpabilidade

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Buscando antecipar a resposta do Estado em punir criminosos confessos de crimes praticados sem violência ou grave ameaça, foi positivado no Código de Processo Penal o instituto do acordo de não persecução penal (ANPP). A respeito do tema, aponte a única alternativa que admitiria a apresentação da proposta por parte do representante do Ministério Público:

- a) quando cabível transação penal.
- b) quando for caso de oferecer a denúncia.
- c) quando o suspeito é reincidente.
- d) quando o juiz competente autoriza.

Questão 65

Modalidade de prisão cautelar que pode ser decretada apenas na fase policial, com duração expressa na lei e na decisão judicial de decretação. Tais afirmações estão relacionadas à prisão:

- a) penal.
- b) preventiva.
- c) em flagrante.
- d) temporária.

Questão 66

Leonardo fora flagrado por moradores pulando o muro de sua residência. Os proprietários do imóvel conseguiram imobilizar o invasor até a chegada da Polícia Militar. Conduzido ao distrito policial, Leonardo alegou que só pulou o muro da casa porque estava fugindo de um cachorro bravo que pulou o portão e o perseguiu. Após receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deu início à audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído e o representante do Ministério Público. Em relação à audiência de custódia, responda:

- a) o juiz não poderá relaxar o flagrante, salvo se houver requerimento expresso do representante do Ministério Público nesse sentido.
- b) o juiz não poderá conceder ao preso a liberdade provisória, salvo se houver requerimento expresso do representante do Ministério Público nesse sentido.
- c) o juiz não poderá converter o flagrante em preventiva, salvo se houver requerimento expresso do representante do Ministério Público nesse sentido.
- d) o juiz não poderá arbitrar fiança, salvo se houver requerimento expresso do representante do Ministério Público nesse sentido.

Questão 67

Após ser aprovado no concurso da magistratura de 2020, Danilo toma posse na vaga de juiz substituto da Comarca de Peruíbe (SP). Por ser inexperiente e nunca ter tido contato com a prática, ficou assustado com o volume de serviço: centenas de novos processos por semana. Para dar conta do trabalho e ficar em dia com as suas responsabilidades, teve a seguinte ideia: proferir decisões simplificadas e padronizadas e, nas audiências de instrução e julgamento, perante as partes do processo, explicar os detalhes de seu pensamento ao proferir as sentenças oralmente. A respeito da forma como Danilo conduz o seu trabalho na magistratura, aponte a alternativa correta:

- a) sentenças que se limitam a indicar, reproduzir ou à parafrasear atos normativos devem ser consideradas fundamentadas.
- b) sentenças que invocam motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão não devem ser consideradas fundamentadas.
- c) sentenças que empregam conceitos jurídicos devem ser consideradas fundamentadas pela escolha conceitual do juiz.
- d) sentenças que não enfrentam todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, devem ser consideradas parcialmente fundamentadas e, portanto, válidas.

Questão 68

Caio César, policial rodoviário federal, em uma abordagem de rotina, solicitou R\$ 50,00 (cinquenta reais) para um motorista flagrado dirigindo bêbado, para ajudar na compra de sua passagem aérea nas férias que estavam chegando. Julio, o motorista embriagado, se recusa a colaborar com a caixinha de férias do agente público e é liberado. Sabendo que a pena para o crime de corrupção passiva é de reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa, responda:

- a) caberia, em tese, proposta de acordo de não persecução penal apresentada pelo representante do Ministério Público Federal.
- b) não caberia, em tese, proposta de acordo de não persecução penal apresentada pelo representante do Ministério Público Federal, por força da pena mínima cominada ao delito.
- c) não caberia, em tese, proposta de acordo de não persecução penal apresentada pelo representante do Ministério Público Federal, por força da atipicidade do fato pela insignificância, que gera o arquivamento do feito.
- d) caberia, em tese, proposta de acordo de não persecução penal apresentada pelo representante do Ministério Público Estadual.

Questão 69

Ana Clara, advogada regularmente habilitada, recebe a notícia de sua cliente de que havia sido citada pessoalmente para responder à acusação contra ela imputada pelo Ministério Público. Ciente das limitações da resposta à acusação, aponte a alternativa que contém a única tese de defesa possível a ser apresentada nesse ato processual:

- a) *in dubio pro reo*.
- b) absolvição pela juntada de prova cabal de negativa de autoria.
- c) absolvição sumária pela falta de provas.
- d) absolvição por escusa absolutória.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Maria Zika informa ao empregador que, se valendo de seu direito celetista, pretende receber a remuneração de suas férias em conjunto com a parte do décimo terceiro, que lhe é devida, na época em que for usufruir de suas férias.

Diante de tal pleito, o empregador consulta o setor de Recursos Humanos da Empresa para averiguar se há respaldo legal para tais pedidos.

Na condição de Supervisor de Recursos Humanos da empresa, assinale a alternativa que traz a orientação correta para tal situação.

- a) Trata-se de uma prerrogativa única e exclusiva do empregador o pagamento do décimo terceiro salário e a remuneração das férias, de forma conjunta.
- b) A empregada tem até o dia 31 de janeiro para requerer que lhe seja pago, juntamente com a remuneração de férias, a primeira parcela do 13º salário.
- c) A empregada tem até o vencimento das férias para requerer o pagamento das férias em conjunto com a primeira parcela do 13º salário.
- d) A empregada não possui a garantia legal de perceber o pagamento das férias em conjunto com a parcela do 13º salário.

Questão 71

Ferdinando foi contratado como gerente bancário da Agência “X”, sendo estipulada uma jornada de 8 horas diárias, e percebendo mensalmente o valor de R\$4.000,00 e gratificação de R\$2.000,00. Contudo, após um ano de labor, Ferdinando foi dispensado e ingressou com Reclamação Trabalhista pleiteando horas extras, já que laborava acima do limite legal para os bancários.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Ferdinando não possui direito às horas extras, já que a função de gerente bancário não possui controle de jornada.
- b) Ferdinando deve receber as horas extras devidas, já que a sua jornada, na condição de bancário, torna-se limitada a 06 horas diárias.
- c) Ferdinando não faz jus a horas extras, já que a condição de gerente com gratificação compatível lhe impõe jornada de 08 horas diárias.
- d) Ferdinando deve receber as horas extras devidas, já que a jornada de gerente bancária é limitada a 04 horas diárias.

Questão 72

Ícaro de Carvalho foi contratado pela empresa “X”, a qual no ano de 2021 foi adquirida pela empresa “Y”. Contudo, exatos trinta dias antes da sucessão de empresas, Ícaro foi dispensado e sem receber qualquer verba rescisória.

Diante do exposto,

- a) a responsabilidade pelas verbas rescisórias de Ícaro será solidária entre a empresa “X” e “Y”.
- b) a responsabilidade pelas verbas rescisórias de Ícaro é da empresa “X”, e subsidiariamente da empresa “Y”.
- c) a responsabilidade pelo pagamento das verbas rescisórias será apenas da empresa sucedida.

d) a responsabilidade pelo pagamento das verbas rescisórias será dos sócios da empresa sucedida.

Questão 73

A empresa “X”, em razão da situação de pandemia, alocou todos os empregados em home office, e para tal labor forneceu computador e impressora, tudo com o claro intuito de trazer maior conforto e funcionalidade ao trabalho na residência dos empregados.

Contudo, a crise afetou financeiramente a empresa, o que implicou em uma demissão em massa de diversos empregados, os quais intentaram com Reclamação Trabalhista pleiteando diversas verbas e a integração das utilidades, fornecidas pelo empregador, a remuneração.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O computador integrará a remuneração, desde que seja utilizado também pelos empregados para fins pessoais.
- b) O computador integrará a remuneração, desde que obrigatório para a prestação de serviço.
- c) As utilidades, computador e impressora, integrarão a remuneração do empregado, quando fornecidos para o trabalho.
- d) As utilidades, computador e impressora, não integrarão a remuneração do empregado, quando fornecidos para o trabalho em home office.

Questão 74

Angelica, trabalhadora urbana, foi contratada pela Empresa “Z”, exercendo a função de atendente, e cumprindo uma jornada de segunda a sexta-feira das 22h às 7h, com uma hora de intervalo para refeição e descanso.

A empregada questiona o setor de Recursos Humanos acerca de sua jornada, e obtém a informação de que fará jus tão somente às horas extras devidas.

Diante do exposto, e do entendimento Sumulado do TST, assinale a alternativa correta.

- a) A empregada terá direito ao adicional noturno sobre todo o período de labor das 22h às 7h, e a observância da hora noturna ficta.
- b) A empregada terá direito ao adicional noturno e a hora ficta apenas no período eminentemente noturno, 22h às 5 h.
- c) A empresa deverá arcar com o adicional noturno sobre a hora diurna, apenas se houver previsão em norma coletiva.
- d) A empregada terá direito ao adicional noturno sobre todo o período de labor das 21h às 4h.

Questão 75

Pedro Paulo foi contratado para trabalhar em uma grande oficina de carros em São Paulo. Contudo, uma única vez, durante todo o expediente, e pelo interregno de 5 minutos, o empregado precisava fazer higienizações de alguns utensílios de trabalho em um maquinário que utiliza alta combustão, a base de gasolina.

Considerando que a sua atividade é de extremo risco, o empregado pleiteia o direito ao adicional de periculosidade, até o momento não arcado pelo empregador.

Diante do exposto, acerca do tema, periculosidade, assinale a alternativa correta.

- a) Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente a risco habitual, ainda que por tempo extremamente reduzido.
- b) Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto a risco, ainda que de forma eventual.
- c) Não terá direito ao adicional de periculosidade, quando o contato ainda que habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.
- d) Não terá direito ao adicional de periculosidade, quando o exposto de forma intermitente ao risco.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Belinha ingressou com Reclamação Trabalhista perante a empresa “X” pleiteando diversas verbas trabalhistas não adimplidas ao longo do contrato de trabalho. Contudo, em sede de instrução processual, observa-se que a reclamante tenta claramente alterar a verdade dos fatos, o que implica em sua condenação em multa por litigância de má-fé, bem como no julgamento de total improcedência dos pleitos.

Não obstante, a empregada recorre da sentença, mas sem pagar pela multa imposta, o implica em não recebimento do recurso ordinário pelo juízo “a quo”.

Diante da situação fática, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado agiu com acerto, já que o pagamento da multa se torna pressuposto recursal, diante da condenação da parte por litigância de má-fé.
- b) O magistrado agiu com acerto, já que se aplica o Código de Processo Civil subsidiariamente, e o pagamento da multa torna-se obrigatório para o recebimento do recurso pelo juízo “a quo”.
- c) O magistrado agiu de forma equivocada, já que deveria conceder prazo para o pagamento, antes do não recebimento do recurso.
- d) O magistrado agiu de forma equivocada, já que o pagamento da multa não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos trabalhistas.

Questão 77

Pedro João ingressou com Reclamação Trabalhista, pelo procedimento sumaríssimo, em face da empresa XWZ Ltda., e obteve sentença favorável aos seus pleitos trabalhistas.

Considerando que a reclamada pretenda buscar a reforma de decisão, assinale o meio processual adequado.

- a) Apelação no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Agravo no prazo de 8 (oito) dias.
- c) Recurso Extraordinário no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Recurso Ordinário no prazo de 8 (oito) dias.

Questão 78

A loja de roupas “ZZ” Ltda. pactuou perante o Ministério Público do Trabalho (MPT) um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), em razão da não observância dos Equipamentos de Proteção Individual dos Empregados, bem como pela utilização de mão de obra em condições análogas a escrava. Entretanto, o termo não foi integralmente cumprido pela empresa, o que ora se pretende executar.

Acerca das regras de execução do Termo de Ajuste de Conduta, assinale a alternativa correta.

- a) O Termo de Ajuste de Conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho é título executivo judicial, sendo competência da Justiça Federal a sua execução.
- b) O Termo de Ajuste de Conduta refere-se a um título executivo judicial, sendo a sua execução pela Justiça Comum, e através de iniciativa do Ministério Público do Trabalho.
- c) O Termo de Ajuste de Conduta firmado não permite a execução na Justiça do Trabalho, pois não é reconhecido como título executivo, logo, depende de Ação Monitória para fins de execução.
- d) O Termo de Ajuste de Conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho é título executivo judicial e, verificado o descumprimento, a Justiça do Trabalho possui competência para a sua execução.

Questão 79

Em sede de execução, instaurou-se o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa, diante da completa ausência de liquidez da empresa “XPTO”. Quando instaurado o incidente, o magistrado procedeu ao devido processo legal e, por fim, acolheu o incidente de desconsideração.

Diante da decisão do incidente, assinale o meio processual cabível para a empresa impugná-lo:

- a) Agravo Interno.
- b) Agravo de Instrumento.
- c) Mandado de Segurança.
- d) Agravo de Petição.

Questão 80

A massa falida “X” pretende recorrer da sentença proferida em sede de Ação Trabalhista movida pela ex-empregada, Verinha dos Anjos, e que tramita sob as regras do procedimento sumaríssimo.

Tendo ciência que a empregadora pretende se valer de Recurso Ordinário, assinale a alternativa correta, quanto às regras de preparo.

- a) A empregadora é isenta de custas e depósito recursal.
- b) A empregadora é isenta das custas processuais, tão somente.
- c) A empregadora deverá arcar com as custas processuais, e o depósito recursal pela metade.
- d) A empregadora deverá arcar com a integralidade das custas e do depósito recursal.



Estratégia

OAB

Conheça nossos cursos:

Curso para a 1ª fase:

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

ASSINE: Estratégia Questões:

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia
OAB